

Ações de responsabilidade social contra a exploração comercial sexual de crianças e adolescentes desenvolvidas por empresas privadas

Social Responsibility Actions Against Commercial Sexual Exploitation of Children Developed by Private Companies

Acciones de responsabilidad social contra la explotación sexual comercial de niños, niñas y adolescentes desarrollados por empresas privadas

Jony Hsiao¹, Lilian Sayuri Otiyshi Matsumoto², Moneda Oliveira Ribeiro³, Edgard Bruno Cornachione Jr.⁴

Resumo

A exploração e tráfico de seres humanos para o comércio sexual é um problema remoto que tomou dimensões epidêmicas no mundo. As iniciativas privadas podem ajudar a combater este tipo de violação dos direitos humanos. Este estudo busca verificar se há práticas de enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, realizadas por empresas brasileiras, e analisar como são efetivadas. A seleção de empresas de destaque no Brasil, cadastradas na BOVESPA, foi o critério de inclusão da coleta dos dados. Para obter informações sobre a participação direta/indireta das empresas, foi realizado um levantamento dos relatórios anuais, financeiros e de sustentabilidade, publicados nos sites das empresas. Verificou-se que existem iniciativas de organizações privadas voltadas para violências contra: crianças e adultos; somente contra crianças e violências sexuais contra crianças. As informações encontradas em seus relatórios consistem em breves comentários de suas ações, não estando explicitadas informações mais detalhadas de seu envolvimento.

Descritores

Defesa da Criança e do Adolescente, Vulnerabilidade em Saúde, Violência Sexual

Abstract

The exploitation and trafficking of human beings for the sex trade is a remote problem that took epidemic proportions in the world. The private initiatives can help combat this type of violation of human rights. This study aimed to check if there are practices of cooperation against the exploitation commercial sexual of children and adolescents, conducted by Brazilian companies, and analyze how they are accomplished. The selection of prominent companies in Brazil, registered at BOVESPA, was the criterion for inclusion of data collection. It was a survey of annual, financial and sustainability reports, published on their sites to obtain information about direct/indirect participation of the companies. The study identified that there are initiatives by private organizations focused on: violence against children and adults; only against children and sexual violence against children. The information found in their reports consists of brief comments of their actions and is not explained further details of their involvement.

Keywords

Child Advocacy, Health Vulnerability, Sexual Violence

Resumen

La explotación y la trata de personas para el comercio sexual es un problema remoto que tomó dimensiones epidémicas en todo el mundo. Las iniciativas privadas pueden ayudar a combatir este tipo de violación a los derechos humanos. Este estudio tiene como objetivo comprobar si las prácticas de subsistencia de la explotación sexual comercial de niños, niñas y adolescentes, realizado por las empresas brasileñas, y analizar la forma en que son eficaces. Una selección de destacadas empresas en Brasil, registradas en la BOVESPA, fue el criterio para la inclusión de la recopilación de datos. Para obtener información acerca de la participación directa / indirecta de las empresas, se realizó una encuesta de los informes financieros y de sostenibilidad anuales publicados en los sitios web de las empresas. Se encontró que existen iniciativas dirigidas a las organizaciones privadas en contra de la violencia: los niños y los adultos, sólo contra los niños y la violencia sexual contra los niños. La información que se encuentra en los informes consisten en breves reseñas de sus acciones, no siendo los detalles más explícitos de su participación.

Palabras clave

Defensa de los Niños y Adolescentes, Vulnerabilidad en Salud, Violencia Sexual

¹Graduando do Curso de Enfermagem da Universidade de São Paulo e Pós-graduando em Contabilidade, Universidade de São Paulo-USP, São Paulo-SP.

²Graduanda do Curso de Enfermagem da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo-SP.

³Doutora do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Psiquiatria da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo-SP.

⁴Doutor do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo-USP, São Paulo-SP.

Autor correspondente: Jony Hsiao - jony.hsiao@usp.br

Introdução

A exploração e tráfico de seres humanos para o comércio sexual é um problema remoto que tomou dimensões epidêmicas no mundo a partir dos anos 90.

Não há um censo comum e confiável quanto ao número de pessoas que são anualmente traficadas para exercício dessa atividade ilegal,¹ mas estima-se que 43% do tráfico de indivíduos no mundo são para fins de exploração sexual.²

Uma estimativa das Nações Unidas relata que anualmente são traficadas por volta de 4 milhões de pessoas para fora de seus países de origem³. Dados da IOM (International Organization of Migration) relatam que aproximadamente 500.000 mulheres são anualmente traficadas para o Oeste Europeu.³

No Brasil, não se sabe ao certo qual a magnitude da exploração sexual de menores, mas ambos os sexos são explorados. Estima-se que há entre 100.000 a 500.000 menores do sexo feminino sendo explorados. O Brasil é um dos maiores exportadores de mulheres para a prostituição. Cerca de 70.000 mulheres, com idade entre 15 e 25 anos são traficadas para fora do país.⁴

Ante a sua expansão, o fenômeno da exploração sexual ganhou maior atenção pública a partir dos anos 90, quando ocorreu o primeiro Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCA), realizado em Estocolmo, 1996. A partir daí, surgiram várias iniciativas de combate a este tipo de violação dos direitos humanos, porém com muitas dificuldades e restrições.

Nas últimas décadas, as empresas privadas e estatais têm manifestado preocupação com os impactos que sua atividade econômica pode causar ao meio ambiente. É possível averiguar esta preocupação crescente nos relatórios e balanços publicados pelas empresas. A maioria das ações realizadas são em relação ao meio ambiente, algumas são voltadas para ações sociais (ações de capacitação profissional, de cultura, de educação, de esportes, de saúde, etc) e poucas são voltadas contra a exploração sexual infantil.

De modo geral, é grande o número de projetos sociais, mas poucos são direcionados para ações contra a violência. Este fenômeno tem atingido índices alarmantes no Brasil e no Mundo. Segundo a Orga-

nização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil está em sexto lugar no ranking dos países mais violentos por homicídios, entre 2004 e 2008. Perde apenas para El Salvador, Colômbia, Venezuela, Guatemala e Ilhas Virgens (EEUU). As maiores vítimas são jovens, entre 15 e 24 anos.⁴

A violência é produto das relações sociais desiguais e atinge principalmente aqueles que se encontram em posição de desvantagem física, emocional ou social. Dentre as violências decorrentes da desigualdade social está a exploração sexual comercial de corpos através da pornografia, da prostituição, do tráfico e turismo sexual comercial. Estas são práticas que acontecem de modo muito expressivo no mundo e no Brasil.⁵

Estima-se que a exploração sexual gera no mundo um lucro de aproximadamente US\$ 20 bilhões e destes US\$ 5 bilhões são atribuídos a prostituição infantil⁶. As Nações Unidas estima que aproximadamente 4 milhões de pessoas sejam traficadas para países estrangeiros todo ano e que esta prática gera anualmente um lucro de US\$ 7 bilhões ao crime organizado. A exploração sexual tira a contribuição do indivíduo nas relações produtivas e extrai um significativo capital da economia formal.³

A exploração sexual é um problema mundial, não se restringe a uma nação. A condição econômica é uma das principais causas que levam as pessoas a ficarem vulneráveis a esta situação. As disparidades socioeconômicas existentes entre as nações levam alguns grupos sociais de países em desenvolvimento a buscarem trabalho em países desenvolvidos³. Muitos são os agentes que incentivam e mantêm este fenômeno que transcende as fronteiras nacionais e torna-se um problema mundial.

Considerando a grandeza do problema, mais por sua gravidade à dignidade humana do que por sua extensão e incidência, as crianças e adolescentes em situação de exploração sexual merecem ser inseridas nos projetos de responsabilidade social das empresas. Por essa razão, o presente estudo é voltado a essa questão, com o intuito de incentivar os enfermeiros do trabalho a terem iniciativa de criar projetos nas empresas que atuam, tendo em vista a importância e relevância de ações que visem à erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Objetivo

Conhecer quais ações de responsabilidade social relacionadas à prevenção da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes vem sendo realizadas por empresas privadas.

Identificar a participação de empresas em programas de enfrentamento da exploração sexual infantil. A partir das análises dos relatórios, será possível saber em quais ações/programas sociais as empresas estão engajadas.

Método

Trabalho realizado na Universidade de São Paulo-USP pelo Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia Administração e Contabilidade e do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil e Psiquiatria da Escola de Enfermagem, ambos da Universidade de São Paulo. Apresentado no 19º SII-CUSP, em 2011.

O estudo em questão empregou o método exploratório-descritivo⁷, sendo selecionadas para participação nele empresas com ações na BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo), principal instituição de intermediação para operações no mercado de capitais no Brasil, devido à disponibilidade de acesso aos relatórios financeiros das empresas de capital aberto. Outro critério de inclusão para participação no trabalho foi ser uma das 100 maiores empresas cotadas como de maior valor de mercado na bolsa de valores no dia 19 de dezembro de 2011 (histórico diário Ibovespa e IBRX – 100) com relatórios anuais financeiro e de sustentabilidade. O Ibovespa é um índice que é o resultado teórico de uma carteira de ativos de acordo com uma metodologia adotada. Ele representa o desempenho médio da cotação dos ativos de maior negociabilidade e representatividade no mercado brasileiro. O IBRX – 100 ou Índice Brasil 100 representa um índice de preços que mensuram o retorno de uma carteira teórica composto por 100 ações selecionadas entre as mais negociadas em termos de número de negociações e volume financeiro da BOVESPA, sendo ponderadas na carteira do índice pelo seu respectivo número de ações disponíveis para negociação no mercado.

A questão norteadora para a busca de informações nos relatórios foi: A empresa possui ou parti-

cipa direta/indiretamente de programa social para a erradicação da exploração sexual e comercial contra a criança e adolescente? Uma vez constatado, buscou-se também sites das empresas com vistas a encontrar mais informações a respeito. Assim, foi possível obter informações sobre as ações realizadas nos balanços publicados.

A revisão bibliográfica consistiu em buscar trabalhos relacionados à exploração sexual e relacioná-los com projetos sociais das empresas. Abrangeu artigos de periódicos do banco de dados da Elton B. Stephens Co. EBSCO e livros relacionados ao assunto em pauta. Nesta revisão, foram utilizadas palavras-chaves que associassem a economia com temas relacionados à exploração da sexualidade, fazendo as seguintes combinações: economia/contabilidade e sexualidade, economia/contabilidade e exploração sexual.

Na sequência, realizou-se uma análise das informações obtidas, fundamentada em referências de autores que consideram as influências cultural, histórica e econômica nas relações sociais.

Resultados

As informações encontradas nos relatórios das empresas consistem em breves comentários de suas ações, não estando explicitadas informações mais detalhadas de seu envolvimento.

Na data selecionada (19 de dezembro de 2011), haviam 93 empresas cotadas como de maior valor de mercado na bolsa de valores. Destas 93 empresas, 16 empresas não possuíam relatórios anuais (financeiros ou de sustentabilidade). Assim, foram analisados os relatórios anuais de 77 empresas. Destas, 54 delas realizavam um ou mais programas sociais, conforme especificado no quadro 1.

O quadro mostra que a maioria das empresas participam e/ou são signatárias do programa Pacto Global (40) e do programa Na Mão Certa (13).

O Pacto Global tem o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção de valores fundamentais de direitos humanos, inclusive contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras.

O programa Na Mão Certa é uma iniciativa da WCF (World Childhood Foundation) que estabelece acordo com as empresas de assumirem publicamen-

Quadro 1 - Quantidade de Empresas por Programa Social

Programa Social	Número de Empresas
Pacto Global	40
Na Mão Certa	13
Fundação ABRINQ	7
Campanha de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	3
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	3
Instituto SP	3
Termo de Mútua Cooperação Contra a Pedofilia	3
Ação Proteção	1
Campanha Institucional Contra a Violência Infantil	1
Coalizão Financeira para o Combate à Pornografia Infantil	1
Pacto Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil Análogo ao Trabalho Escravo	1
Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil Análogo ao Trabalho Escravo	1
Projeto Sentinela de Combate ao Abuso Sexual da Infância	1
Políticas de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescente	1
Siga Bem Criança	1
Saúde do Caminhoneiro	1
Total de Programas	81

te o compromisso de combater a exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas brasileiras.

Discussão

O resultado deste trabalho mostra algumas iniciativas importantes da categoria empresarial. Indica que mais da metade das empresas analisadas participavam de algum projeto ou ação contra a ESCA. Esse resultado mostra que a sociedade civil dá um salto qualitativo, pois transforma a indignação em ação efetiva.

O combate ao ESCA deve ocorrer em âmbito global e local, havendo cooperação entre os países e participação da sociedade civil. Um estudo realizado na Índia mostra que é necessário agir sobre o consumidor para erradicar a exploração sexual de menores. As políticas públicas de combate à oferta têm efeito muito limitado, a menos que precedido por ataques à demanda.⁸

Questões históricas, culturais e econômicas tornaram as mulheres vítimas da exploração sexual. Na sociedade patriarcal, em que perdura o machismo, a erotização do corpo feminino produz uma tensão erótica que pressupõe a necessidade de ser liberada.⁹

Desta necessidade artificial de descarregamento de energia, geram-se meios de satisfação. O corpo tornar uma mercadoria, sujeito às leis do mercado da oferta/demanda, do lucro, uma forma conveniente de atender interesses de alguns grupos sociais.

A objetivação do ser humano como material de consumo é endossada pela mídia. Esta ajuda a criar a imagem do ser humano como objeto de desejo, de conquista, que super valoriza o corpo humano.

A exploração comercial sexual é um negócio muito lucrativo. O mercado do sexo funciona juntamente com outros negócios que podem ser legais (hotéis, bares, agências de turismo) ou ilegais (tráfico de drogas, falsificação de documentos). Atividades legais obtêm um benefício direto ou indireto com a prostituição. Muitas vezes, são em bares, em hotéis, em pontos de táxi que as pessoas procuram este tipo de “serviço”.¹⁰

Não são apenas as atividades legais a se beneficiarem do comércio sexual. O mercado de drogas também se beneficia. Em geral, “crianças e adolescentes envolvidos na exploração sexual são dependentes de droga, o que torna mais difícil retirá-los de sua condição de exploração”.¹⁰

Fatores sociais e econômicos também dificultam o combate a esta prática. Em muitas comunidades, a exploração de crianças acontece devido à situação de pobreza. As crianças são impulsionadas a trabalharem na prostituição para ajudar no sustento de sua família, e não raras vezes, conseguem ganhar mais do que seus pais.⁴

Geralmente, são crianças que vivem no meio rural ou em cidades pequenas. São aliciadas por amigos ou vizinhos com promessas de um bom trabalho com bons ganhos. Suas mães ficam insatisfeitas com a situação, mas são coniventes porque dependem dos ganhos de seus filhos para a sobrevivência de todos os familiares.¹⁰

Os clientes, atraídos pela inocência da criança, exercem poder e controle sobre ela. “No mercado do sexo, a menina virgem tem maior valor comercial do que as já iniciadas na vida sexual”.¹⁰

A rede de exploração sexual é muito complexa, envolve atividades ilícitas e lícitas. A exploração sexual é um trabalho informal, realizado fora da esfera legal, não regulada pelo Estado. O trabalho regular, legal, é regido pelo governo ou pela sociedade, por meio de diferentes incentivos e/ou custo de oportunidades. A economia informal, ilegal, gera um valor criado pelas atividades que não são computadas, portanto não são tributadas.¹¹

O combate a ESCA implica compromisso de toda a sociedade. Muitas são as dificuldades encontradas

para enfrentar o fenômeno. Dentre elas, está a falta de articulação entre as organizações sociais, falta de recursos financeiros e falta de informações confiáveis.

A divulgação detalhada de suas ações ajuda a incentivar outras organizações privadas a tomar parte nesta luta e a dar maior visibilidade ao fenômeno com vistas a desmobilizar as redes do crime organizado e criar instrumentos legais e formas democráticas de regular a ação do mercado global do sexo.¹²

Conclusão

A exploração de crianças e adolescentes para fins sexuais é um problema que passou a ter maior notoriedade a partir dos anos 90, por iniciativas privadas e públicas, nacionais e internacionais.

Ações isoladas não surtem efeitos desejados e eficazes, uma vez que a desarticulação das organizações criminosas demanda um trabalho em conjunto entre a sociedade civil e o Estado.

Crianças e adolescentes são responsabilidades do Estado, da Família e da Sociedade. Esta possui um papel muito importante porque tem o poder de mobilizar o Estado a tomar medidas de erradicação da ESCA.

Criar, por exemplo, legislação mais rígida que iniba tanto o consumo quanto o fornecimento de serviços sexuais infanto-juvenis. É necessário adotar ações preventivas, pois a criança submetida a exploração sexual sofre traumas psíquicos que perduram por toda vida.

É preciso fazer mais do que produzir sentenças judiciais de condenação, que por si só não restabelecem a alma, não sanam o trauma¹⁰.

Organizações, sejam elas privadas ou públicas, governamentais ou não, devem utilizar dos recursos que dispõem para auxiliar no combate a ESCA. São muitas as formas pelas quais podem exercer seus papéis. As empresas devem ter o compromisso de retribuir à sociedade os benefícios que esta lhe proporcionou, tendo atitude de responsabilidade social.

Referências

1. Flowers RB. The Sex Industry's Worldwide Exploitation of Children. The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science 2001; 575(1): 147-57.
2. Faria TD, Oliveira PAF, Mendes R. O Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Desafios e Caminhos. Ciência & Saúde Coletiva 2007; 12(5): 1115-18.
3. Bertone AM. Sexual Trafficking in Women: International Political Economy and the Politics of Sex. Gender Issues 2000; 18(1): 4-23.
4. Finger C. Brazil Pledges to Eliminate Sexual Exploitation of Children. The Lancet 2003; 361(9364): 1196.
5. Leal MLP. A Exploração Sexual e Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe - (Relatório Final - Brasil). 2a edição. Brasília: CECRIA; 1999.
6. Levy BS, Willis BM. Child Prostitution: Global Health Burden, Research Needs, and Interventions. The Lancet 2002; 359(9315): 1417-1422.
7. Severino AJ. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez & Moraes; 2002.
8. Dessy SE, Pallage S. The Economics of Child Trafficking. EconPapers 2003 (Working Paper): 1-16.
9. Hardy S. The Greeks, Eroticism and Ourselves. Sexualities 2004; 7(2): 201-216.
10. Gomes PS. Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Brasília: Congresso Nacional; 2004. 608 p.
11. Bugarin MNS, Ribeiro RN. Fatores Determinantes e Evolução da Economia Submersa no Brasil. Estudo Econômico (São Paulo) 2003; 33(3): 435-66.
12. Leal MLP, Leal MFP. Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil. Brasília: CECRIA; 2002. 284 p. Relatório Nacional.